



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 681449 - MT (2021/0227025-7)

RELATOR	: MINISTRO ROGERIO SCHIETTI CRUZ
IMPETRANTE	: DOUGLAS CRISTIANO ALVES LOPES
ADVOGADO	: DOUGLAS CRISTIANO ALVES LOPES - MT0156160
IMPETRADO	: TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO
PACIENTE	: NEURACY MARINHO DE QUEIROZ
CORRÉU	: FERNANDO LAVOSIER FEITOZA DE CAMPOS
CORRÉU	: ROGERIO RODRIGUES
CORRÉU	: DIOGINIS DAVI MOTA LIMA
CORRÉU	: CARINE DE OLIVEIRA SILVA
CORRÉU	: ALLAN CHRISTIAN RIBEIRO AMORIM
CORRÉU	: EDINEAR OLIVEIRA LIMA
CORRÉU	: LEANDRO DE SOUZA CAMPOS
CORRÉU	: CAMILA DE OLIVEIRA SOUZA
CORRÉU	: VALDEMI LUCIO FERRAO
CORRÉU	: THAINA ANGELICA FEITOZA DE CAMPOS
CORRÉU	: WDSOON DE OLIVEIRA VENANCIO
CORRÉU	: JEAN PEDRO TELINE ARRUDA
CORRÉU	: ADNILSON CAETANO DE OLIVEIRA
CORRÉU	: JEAN SENER
CORRÉU	: GILSON ALVES DA SILVA
CORRÉU	: JONATHAN FERREIRA JANUARIO
CORRÉU	: NEURACY MARINHO DE QUEIROZ
CORRÉU	: CLEVERTON BENTO DE OLIVEIRA
INTERES.	: MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO

DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de NEURACY MARINHO DE QUEIROZ, em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO (Apelação Criminal n. 0001393-28.2017.8.11.0051).

O paciente foi condenado à pena de 3 anos e 6 meses de reclusão em regime inicial fechado e ao pagamento de 600 dias-multa, pela prática do delito descrito no art. 35 da Lei n. 11.343/2006 (e-STJ fls. 90-92).

O impetrante alega que o paciente faz jus ao regime inicial semiaberto, ao argumento de que a presença da agravante da reincidência, por si só, não é elemento apto a justificar a imposição do regime mais gravoso, considerando-se, em especial, que as circunstâncias judiciais são majoritariamente favoráveis ao paciente.

Requer, liminarmente e no mérito, a retificação do regime inicial de cumprimento de pena, nos termos delineados na impetração.

É, no essencial, o relatório. Decido.

A matéria de fundo do presente *writ* não foi apreciada pelo Tribunal de

origem, porquanto não ventilada no recurso de apelação. Assim, o Superior Tribunal de Justiça não pode dela conhecer, sob pena de indevida supressão de instância.

Confira-se precedente sobre a questão:

AGRAVO REGIMENTAL NO HABEAS CORPUS. EXECUÇÃO PENAL. CUMPRIMENTO DE PENA EM PRISÃO DOMICILIAR. RECOMENDAÇÃO 62/2020 DO CNJ. COVID-19.

GRUPO DE RISCO. CRIME VIOLENTO. CONDIÇÃO DE SAÚDE. AUSÊNCIA DE DEMONSTRAÇÃO DE POSSIBILIDADE DE AGRAVAMENTO. RECÁLCULO DA PENA.

INOVAÇÃO RECURSAL. SUPRESSÃO DE INSTÂNCIA. ILEGALIDADE. AUSÊNCIA. AGRAVO IMPROVIDO.

[...]

3. A matéria relativa ao recálculo da pena para fins de progressão de regime, além de representar indevida inovação recursal, não foi objeto de análise pelo Tribunal de origem, motivo pelo qual esse ponto não poderá ser conhecido por esta Corte Superior, sob pena de indevida supressão de instância.

4. Agravo regimental improvido. (AgRg no HC n. 579.110/SP, relator Ministro Nefi Cordeiro, Sexta Turma, DJe de 14/9/2020.)

Ante o exposto, com fundamento no art. 21, XIII, c, c/c o art. 210 do RISTJ, indefiro liminarmente o presente *habeas corpus*.

Cientifique-se o Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 19 de julho de 2021.

MINISTRO JORGE MUSSI

Vice-Presidente, no exercício da Presidência